



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681197 - MG (2021/0225246-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LEIVINO CUNHA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEIVINO CUNHA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Agravos em Execução Penal n. 1.0079.04.166109-5/001).

Foi reconhecida pelo Juiz da execução criminal a prática de falta grave, datada de 1º/2/2017, pelo paciente, consistente em posse de aparelho celular em cela prisional. No julgamento colegiado, por maioria, a decisão foi confirmada e de ofício decretou-se a perda dos dias remidos.

A impetrante sustenta que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, em afronta ao princípio *in dubio pro reo*, tendo em vista não haver falar em apuração de falta grave, considerando a ausência de prova da autoria, ante a negativa da responsabilidade declarada em juízo e da comprovação do alegado por meio das imagens auferidas no circuito interno de segurança. Sustenta que foi demonstrado o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, o que justifica a concessão de medida liminar, sob pena de se perpetuar o constrangimento ilegal.

Requer, liminarmente, o deferimento da medida de urgência para cessar o constrangimento ilegal suportado pelo paciente até o julgamento de mérito desta impetração. No mérito, pugna pela concessão da ordem, para afastar a determinação de reconhecimento de falta grave.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 679.754/MG.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do

Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em *mandamus* anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente